

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça

**Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**Humberto de Matos Brittes**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**Nilza Gomes da Silva**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**Antonio Siufi Neto**

Ouvidor do Ministério Público

**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*

Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*

Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*

Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*

Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*

Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*

Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*

Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*

Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*

Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*

Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*

Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*

Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*

Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*

Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*

Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*

Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*

Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*

Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*

Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*

Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*

Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*

Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*

Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*

Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*

Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*

Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*

Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*

Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*

Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*

Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*

Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*

Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*

Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3318-2160** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3810/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa 10 (dez) dias de folga compensatória equivalente aos dias de férias não gozadas, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 23.10 a 1º.11.2019, nos termos da Decisão nº 1143, de 3.7.2019 (Processo PGJ/10/3493/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3778/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3564/2019-PGJ, de 26.9.2019, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de outubro de 2019, conforme segue:

Onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
9 (18h01min) a 16.10.2019 (7h59min)	7ª	Eduardo FonticIELha De Rose	98478-2087

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
9 (18h01min) a 16.10.2019 (7h59min)	8ª	Juliano Albuquerque	98478-2087

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3783/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que concedeu o 2º período de férias à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin, de forma que, onde consta: “10 a 19.12.2019”; passe a constar: “4 a 13.12.2019”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3791/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 3 a 10.6.2019 e 29.7 a 5.8.2019, a serem usufruídos no período de 16 a 19.12.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3792/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizada no dia 29.7.2018, a ser usufruído no dia 14.10.2019, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 37/2015-PGJ, de 24.11.2015, alterada pela Resolução nº 20/2018-PGJ, de 7.8.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3793/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar as Promotoras de Justiça a seguir relacionadas para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências perante a 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, conforme quadro abaixo:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	DATA
Regina Dornte Broch	14.10.2019
Paula da Silva Volpe	15.10.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3796/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 14 a 18.10.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3794/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	JUIZADO ESPECIAL	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
Luciano Anechini Lara Leite	Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Três Lagoas	14 e 15.10.2019	Compensação	Daniela Araujo Lima da Silva
Lindomar Tiago Rodrigues	Juizado Especial Adjunto da comarca de Camapuã	14 a 18.10.2019	Férias	Douglas Silva Teixeira
Matheus Macedo Cartapatti	Juizado Especial Adjunto da comarca de Chapadão do Sul	14 a 17.10.2019	Férias	Fernanda Proença de Azambuja

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3797/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 8º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Luiz Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 11ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, nos dias 15 e 17.10.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3801/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 3º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Fabricio Secafen Mingati, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bataguassu, nos dias 16 e 17.10.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3802/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012, a serem usufruídos no período de 4 e 8.11.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3803/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, alterada pela Portaria nº 2713/2019-PGJ, de 30.7.2019, na parte que concedeu o 2º período de férias à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli, que seriam usufruídas no período de 30.10 a 8.11.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3804/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 3499/2019-PGJ, de 23.9.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior para atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Brilhante no período de 30.10 a 8.11.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3805/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 18.10.2019, as férias da Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, concedidas por meio da Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, com as alterações trazidas pela Portaria nº 2030/2019-PGJ, de 11.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3806/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a 2ª Promotora de Justiça de Jardim, Lia Paim Lima, a se ausentar da referida Comarca, no período de 6 a 8.11.2019, para participar do Seminário “Financiamento de Políticas Públicas para Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes”, a ser realizado em Belo Horizonte/MG.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3807/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 6 a 8.11.2019, em razão de viagem da titular, Promotora de Justiça Lia Paim Lima.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3808/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 34º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo César Zeni, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para participar da audiência de instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº 066.158.0003/2019, no dia 31.10.2019, às 13h.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3809/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o 39º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Martins Zaupa, a se ausentar da referida Comarca, no dia 5.11.2019, para atuar como capacitador na Oficina Nacional “Investigação”, a ser realizada pela Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, na cidade de Brasília/DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3811/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Naviraí, Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª e 1ª Varas da comarca de Fátima do Sul, nos dias 15 e 16.10.2019, respectivamente.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3812/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 17.7 e 27.8.2016, a serem usufruídos nos dias 11 e 12.11.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3813/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012, a serem usufruídos nos dias 13 e 14.11.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3814/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 7 a 14.3.2018, a ser usufruído no dia 14.10.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3779/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Acordo de Cooperação Técnica, decorrente do Processo PGJ/10/1232/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – José Guilherme de Oliveira, Chefe de Setor; 1.1) Suplente – Felinto Paes de Barros Neto, Técnico II; 2) Fiscal – Waleria Silva Leite, Assessor de Procurador-Geral; 2.1) Suplente – Sandra de Campos, Auxiliar.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3800/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar as seguintes servidoras ocupantes de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestarem serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DO CIDADÃO E DOS DIREITOS HUMANOS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Danilva Ferreira Santos	Analista/Serviço Social	16.10.2019
Tânia Batista Rosa Buzzachera	Analista/Psicologia	

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 3780/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 14 a 30.10.2019, em razão de férias, licença compensatória referente ao feriado forense e utilização de banco de horas da servidora Lygia Mara Rosa da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 3781/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Fernando Resstel Corrêa Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Administrativo da Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no dia 14.11.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Rachel Barbosa Poltronieri Florence.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça



**PORTARIA Nº 3782/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Michele Menegat Nunes, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, em virtude de divórcio em 1º.7.2019, de modo que passe a constar Michele Menegat.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3784/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Elisangela Cristina Nery, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Cadastro e Distribuição Processual, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Distribuição e Acompanhamento Processual, no período de 7 a 9.10.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do titular, Wellington Gradella Marthos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3785/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Rafael Tosi de Carvalho, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 28.9.2019, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3786/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Jaqueline Berceli Barca Cursino, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 23.9.2019, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e artigos 27 e 28 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, artigo 31, I, alínea “h”, e §§ 1º e 2º, e artigos 57 e 58, todos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14.1.2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 3788/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Alex Sander Silva Neves, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12.10 a 10.12.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 3789/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 1º a 15.10.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 3790/2019-PGJ, DE 14.10.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Flávio Cesar de Pauli, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 30.9 a 4.10.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2019.****7. Ordem do dia:****7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000049-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da má conservação do solo na Fazenda Itatim, situada nas proximidades do córrego Fartura, na cidade de Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ANDRADINA - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTA MÁ CONSERVAÇÃO DO SOLO NA FAZENDA ITATIM - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTE COLEGIADO – HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas à norma de regência, aliado à determinação de instauração do pertinente procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento, consoante impõem o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PGJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001062-0**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: S. T. F.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa que teria sido cometido por servidora lotada na Promotoria de Justiça de Dourados-CIP, em razão de estar viajando ao exterior em período que estaria gozando licença para tratamento de saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INADEQUAÇÃO NA CONDUTA DE SERVIDORA PÚBLICA – SUPOSTA VIAGEM PROMOVIDA EM PERÍODO DE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - COMPROVAÇÃO DA IRREGULARIDADE NO CURSO DO PROCEDIMENTO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA PROBLEMÁTICA - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTE COLEGIADO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas às normas de regência (Resolução nº 179/2017/CNMP e 15/2007/PGJ), aliado à instauração do pertinente procedimento administrativo para fiscalizar o integral cumprimento do Acordo, consoante impõem o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PGJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001967-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Fiscalizar a criação e implementação do Portal da Transparência, bem como o cumprimento da Lei de Acesso à informação pela Câmara Municipal de Paranhos/MS.

**Advogada:** *Adriana Cavalcante de Araújo Alves, OAB/MS nº 9.219.*

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PARANHOS - ACESSO À INFORMAÇÃO - IMPLEMENTAÇÃO DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANHOS - ADEQUAÇÃO DA CONDUTA NO CURSO DO PROCEDIMENTO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROCEDIMENTO QUE TAMBÉM VISAVA A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES DA CASA DE LEI - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA QUANTO A ESTE PONTO DA INVESTIGAÇÃO - INSTAURAÇÃO DE PA - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTE COLEGIADO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando que, após a atuação do Ministério Público, a Câmara Municipal de Paranhos adequou o seu Portal da Transparência, além de se obrigar, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta, a implantar sistema eletrônico de frequência de seus servidores. Ressalte-se, que as disposições do TAC celebrado estão adequadas à norma de regência, tendo sido instaurado o pertinente procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento, consoante impõem o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PGJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002284-2**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no Posto de Saúde ESF, farmácia e depósito da Secretaria de Saúde, em razão do possível vencimento dos medicamentos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA BATAYPORÃ - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA FARMÁCIA E NO DEPÓSITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - INTERVENÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - ADEQUAÇÃO DA CONDUTA NO CURSO DO PROCEDIMENTO - MEDIDAS TOMADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL - AUSÊNCIA DE OMISSÃO DOLOSA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois, após a intervenção ministerial, constatou-se o aperfeiçoamento das políticas públicas de disponibilização de medicamentos no Município de Batayporã.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000385-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Estância Lazer

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 5,18 hectares de floresta nativa na propriedade denominada Estância Lazer.

**Advogado:** **Diogo Willian Godoy dos Santos, OAB/MS nº 19.037.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BELA VISTA - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTA EXPLORAÇÃO DE FLORESTA NATIVA NA ESTÂNCIA LAZER - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTE COLEGIADO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas à norma de regência, aliado à determinação de instauração do pertinente procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento, consoante impõem o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PGJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003059-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar possível uso ilegal de diárias pelos servidores do Município de Bandeirantes Leonidas Nunes Santana, Rosana Antunes Brandão, Valtênio da Silva, Christian Pimenta Richers, Magda Evelise Golzer Adames de Lana, Gelson Guimarães, Cleide Maria Faustino de Queiroz, Júlio Faustino de Queiroz, Maria José Faustino de Queiroz, e pelo Prefeito Municipal Marcio Faustino de Queiroz, bem como eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BANDEIRANTES - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTO USO ILEGAL DE DIÁRIAS POR SERVIDORES E PELO GESTOR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - NÃO CONSTATAÇÃO - PERDA DO OBJETO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento

homologada, eis que os elementos de informação colhidos nos autos, sobretudo os teores do Relatório de Análise expedido pelo DAEX, não comprovam a aventada prática de improbidade administrativa, inexistindo indícios de prejuízos ao erário municipal, tampouco a intenção de auferir vantagem indevida ou ferir os princípios que regem a Administração Pública.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

## **7. Inquérito Civil nº 06.2016.0001229-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao Meio Ambiente na propriedade rural “Fazenda Lagoa Bonita”, consistente na possível construção de muro em Área de Preservação Permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BATAYPORÃ - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTO DANO AMBIENTAL OCORRIDO NA FAZENDA LAGOA BONITA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL - HOMOLOGAÇÃO - NECESSIDADE DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ACORDO POR INTERMÉDIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas à norma de regência. Todavia, ressalvo que, após a remessa dos autos, a Promotoria de Justiça de origem deve promover a instauração do pertinente procedimento administrativo visando acompanhamento de TAC, consoante impõem o art. 39 da Resolução nº 15/2007/PGJ e o Enunciado nº 9 deste E.

Colegiado.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

### **7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000672-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Estiva

Assunto: Apurar a situação ambiental das nascentes nº 92/94 e 108, localizadas na Fazenda Estiva, no município de Chapadão do Sul/MS.

EMENTA - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CHAPADÃO DO SUL- APURAR SITUAÇÃO AMBIENTAL DAS NASCENTES NºS 92/93/94 E 108 LOCALIZADAS NA FAZENDA ESTIVA - PROJETO PRESERVÁGUA - DESMEMBRAMENTO RURAL – NASCENTES LOCALIZADAS FORA DA ÁREA RURAL INVESTIGADA - INSTAURAÇÃO DE TRÊS NOVOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS EM FACE DOS ATUAIS PROPRIETÁRIOS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. A promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que as nascentes nº 92/93/94 e 108, objeto de investigação do presente inquérito civil, não estão mais localizadas na propriedade investigada, que passou a se chamar Fazenda Guarapuava, após desmembramento rural. Desse modo, visando a resolutividade, a representante ministerial instaurou três novos procedimentos, em face dos atuais proprietários, nos quais serão determinadas as ações adequadas para a recuperação de cada área, constatando as medidas e especificações necessárias para a integral contenção da erosão e regeneração das áreas degradadas, inexistindo razões que justifiquem a continuidade das investigações.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000453-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Helena

Assunto: Apurar a presença de suposto dano ambiental em razão de exploração de 20 hectares de vegetação nativa na Fazenda denominada Santa

Helena, de propriedade de José Ronaldo Ribeiro Borges, localizada no município de Bela Vista/MS.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BELA VISTA/MS - AVERIGUAR A EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS OCORRIDAS NA FAZENDA SÃO JORGE - EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA FORA DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos

Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000427-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades na Tomada de Preços nº 03/2009, referente ao Processo Administrativo nº 03/2009.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS - PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - MANIFESTAÇÃO APÓCRIFA - DENÚNCIA DE FAVORECIMENTO A EMPRESAS EM CONTRATAÇÕES HAVIDAS COM O MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI – LICITAÇÃO TOMADA DE CONTAS Nº 003/2009 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2009 - AQUISIÇÃO DE FILTROS E LUBRIFICANTES PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar irregularidades no procedimento de Tomada de Contas nº 003/2009 Processo Administrativo nº 003/2009, que resultou na contratação, pelo Município de Dois Irmãos do Buriti/MS, da empresa Matsuda e Cia LTDA para o fim de adquirir filtros e lubrificantes para atendimento da frota de veículos do Município. Em sede de apuração, os elementos colhidos relativos ao procedimento licitatório realizado não trouxeram qualquer indicativo das irregularidades dos contratos administrativos superficialmente expostos na denúncia. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é a medida que se impõe.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001009-0**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual falta funcional dos Agentes Penitenciários Castelo e Costa, lotados no Estabelecimento penal (Regime Semiaberto) em Corumbá/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ/MS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – FALTA FUNCIONAL PRATICADA POR AGENTE PENITENCIÁRIO - EVASÃO DE INTERNOS DO ESTABELECIMENTO PENAL DE REGIME SEMIABERTO DE CORUMBÁ - CONDUTA FALTOSA NO CONFERE DE INTERNOS - AGEPEN - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - NÃO CONSTATAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar possível ato de improbidade administrativa praticado por agentes penitenciários com lotação no estabelecimento penal de regime semiaberto de Corumbá/MS. Em sede de diligências, constatou-se a imposição de penalidade administrativa no âmbito da AGEPEN a um dos servidores por condutas faltosas no serviço e absolvição do outro servidor. Contudo no âmbito da esfera da improbidade administrativa, objeto de apuração do presente feito, não restou evidenciada qualquer conduta tendente a sua caracterização. Razão pela qual, devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000397-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Pregão Presencial n. 022/2011 (Anexo 3 do IC 08/2013), referente ao

Processo de Administrativo n. 42/2011 da Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – LICITAÇÃO – DENÚNCIA ANÔNIMA DESPROVIDA DE SUPORTE FÁTICO MÍNIMO – OBJETO INDETERMINADO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. A delação anônima, enquanto fonte única de informação, não constitui fato que se mostre suficiente para legitimar, de modo autônomo, a instauração de procedimentos estatais. O seu recebimento autoriza apenas uma investigação preambular no sentido de apurar a verossimilhança do alegado. Sendo assim, passados vários anos sem que tenha aportado nos autos qualquer indicativo da fraude licitatória denunciada, afigura-se imprópria a realização de medidas coercitivas absolutamente genéricas e invasivas à intimidade dos envolvidos tendo por fundamento somente a *nottitia criminis* inqualificada. Falta justa causa para a intervenção do Ministério Público se a documental instrutora do feito não assegura a realidade fática narrada em representação apócrifa.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

## 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000782-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Navi Carnes Indústria e Comércio Ltda.

Assunto: Apurar irregularidades e danos ambientais relacionados ao funcionamento do Frigorífico Navi Carnes, em Nova Andradina/MS.

**Advogado:** **Arlindo Murilo Muniz, OAB/MS nº 12.145.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – FRIGORÍFICO – FUNCIONAMENTO SEM A COMPETENTE LICENÇA – DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS DANOS – OBRIGAÇÃO NEGATIVA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTROLE – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. A par das alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2015-CPJ, sobrevivendo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes ao reestabelecimento *in integrum* do bem ambiental lesado, cujo cumprimento será aquilatado em procedimento administrativo específico, através do sistema de processo eletrônico SAJ/MS, exsurge imponente o convencimento da inexistência de plausibilidade para a manutenção do apuratório de origem. Primeiro, porque se o TAC resolveu todos os problemas investigados, sua lavratura, por si só, será motivo jurídico bastante para fundamentar a promoção de arquivamento. Ao depois, porque em caso de eventual descumprimento, caberá ao órgão ministerial a quo executar o título constituído. Enfim, porque ausente prejuízo ecológico ou cenário movediço de risco assaz a justificar a tutela coletiva de cognição.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

## 3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001459-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Libra, Henrique Ceolin

Assunto: Apurar supostas irregularidades ambientais ocorridas no imóvel denominado fazenda Libra, localizada no município de Bela Vista/MS. **Advogadas:** **Camila Garcia Ceolin, OAB/MS nº 15.252 e Renata Garcia Ceolin, OAB/MS nº 15.251.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – USO DE FOGO EM ÁREAS AGROPASTORIS SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE – QUEIMADA CONTROLADA DE RESTOS VEGETAIS REMANESCENTES DA LIMPEZA DE PASTAGEM – AUSÊNCIA DE DANO – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS NO CONTROLE DA ATIVIDADE INADEQUADAMENTE DESENVOLVIDA – PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL – ACAUTELAMENTO SATISFATÓRIO – FALTA DE JUSTA CAUSA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o uso do fogo, embora não autorizado pela autoridade competente, serviu de meio para eliminação de restos vegetais oriundos de limpeza de pastagens, sem que tenha havido a conflagração das áreas agropastoris, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*, mormente diante da atuação positiva e eficaz dos

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

## 4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001639-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Allex Maldonado Correa, proprietário da fazenda Santa Cruz

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda Santa Cruz de propriedade de Allex Maldonado Correa e outros, às margens do Rio Apa.

**Advogado: Marcelo Fernandes de Carvalho, OAB/MS nº 8.547-B.**

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.**

### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003186-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto ao prédio da biblioteca municipal, bem como possíveis deteriorações ao acervo municipal, e possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – OMISSÃO ADMINISTRATIVA – DEVER DE CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS – IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA – FALTA DE JUSTA CAUSA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração da atuação positiva e eficaz da Administração requerida na implementação de obras de reforma na Biblioteca Municipal para resguardo do patrimônio público, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### **6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003674-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Conselho Municipal de Saúde de Bandeirantes-MS

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de condições técnicas e estruturais para a existência do Conselho Municipal de Saúde, devido a omissão da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, bem como eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – REIVINDICAÇÕES ATENDIDAS – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO GARANTIDOS – FALTA DE JUSTA CAUSA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração da atuação positiva e eficaz da Administração requerida na implementação das providências necessárias à organização e ao bom funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### **7.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000474-4 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

**vogado: Marcelo Antônio Balduino – OAB/MS nº 9574.**

**Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora**

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000028-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Joice Astigarraga Barbieri

Requerido: Wallas Gonçalves Milfont

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na possível prática de conduta pautada em desvio de finalidade (Lei n. 8.429/92, art. 10, I).

**Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora**

#### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002794-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Glória de Dourados consistente em



pagamentos por serviços supostamente não prestados.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000909-4**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes

Requerente: Orlaine da Rosa Cheres

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no atendimento ao direito à educação, pelo Município de Bandeirantes/MS, conforme narrado no termo de declarações registrado com atendimento sob o n. 05.2017.00008433-5.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002870-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar eventual irregularidade no cumprimento do Termo Administrativo de Cessão de Uso n. 017/2011 e do Termo de Responsabilidade de Terceiros n. 078/2010 no âmbito do Município de Angélica/MS Migrado da CIC Inquérito Civil n. 017/2014 para o SAJMP.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000765-6 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

**Advogado: Luiz Carlos Galindo Junior – OAB/MS nº 7.536.**

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**7. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000370-5**

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**8. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002771-5**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: 2º Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da 1ª Circunscrição de Campo Grande  
Assunto: Apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no 2º Serviço Notarial e de Registro das Pessoas Naturais, de Interdições e Tutela da 1ª Circunscrição de Campo Grande.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**9. Inquérito Civil nº 06.2018.00000450-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: FUNESP

Assunto: Apurar as condições do prédio do CEFAT (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Atletas), onde funciona um projeto de ginástica para crianças e adolescentes.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**10. Inquérito Civil nº 06.2019.00000219-4**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Anônimo

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o problema narrado na denúncia, consistente no incessante vazamento de água no Horto Florestal, que provoca umidade nas paredes dos imóveis lindeiros, mau cheiro e proliferação de mosquitos.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**11. Inquérito Civil nº 06.2017.00000734-8**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Donato Lopes da Silva

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, que causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente na utilização de veículo oficial, pertencente ao Município de Rio Brillhante/MS, para fins alheios ao interesse da Administração Pública Municipal.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**12. Inquérito Civil nº 06.2018.00002721-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Batista Garcia de Paula

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da construção de alvenaria de uma rampa de lançamento de barcos na margem do Rio Taquari, sem licença ambiental.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**13. Inquérito Civil nº 06.2019.00000824-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Superintendência do IBAMA no Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Francisco Aluizio Albuquerque Costa

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 96,31 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal, no interior do imóvel rural "Fazenda Natal", pertencente a Francisco Aluizio Albuquerque da Costa, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo de eventual reparação do dano ambiental pretérito.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**14. Inquérito Civil nº 06.2017.00002322-6 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Caarapó

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**15. Inquérito Civil nº 06.2017.00001008-6**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar eventual omissão do município em disponibilizar exames de ressonância magnética aos munícipes de Bonito.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**16. Inquérito Civil nº 06.2018.00000571-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Ricardo Pereira Cabral

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais em razão da supressão vegetal em área de preservação permanente (Auto de infração nº 16047), bem como supressão de 25 (vinte e cinco) árvores da espécie aroeira sem autorização do órgão ambiental competente (Auto de Infração nº 16048), ambos na Fazenda Rio Miranda localizada no município de Bonito - MS.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**17. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000486-0**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Três Lagoas

Requerente: Cartório de Registro de Imóveis

Requerido: Carlos Roberto da Silva.

Assunto: Averiguação de documentação para possível abertura de Loteamento denominado “Recanto Primavera”, no Município de Selvíria/MS.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**18. Inquérito Civil nº 06.2016.00001274-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ronnie Von Dill Dias

Assunto: Investigar atos de improbidade administrativa de ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio João consistentes em autorizar despesas com folha de pagamento de servidores em valor superior ao limite estabelecido no artigo 29-A § 1º da Constituição Federal, bem como apurar infringências à Lei de Responsabilidade Fiscal consistentes em contratações de obrigações financeiras em valor excedente ao disponível no orçamento da Câmara Municipal ou assunção de despesas dividida em parcelas com vencimento no exercício seguinte sem deixar a devida contrapartida em caixa para sua amortização, contrariando o artigo 42, caput, e parágrafo único da Lei Complementar n. 101/2000.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**19. Inquérito Civil nº 06.2018.00000674-2**

1ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual maus tratos à pessoa portadora de deficiência M.A.Q.M.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**20. Inquérito Civil nº 06.2017.00000910-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Afonso Celso Sodré Sampaio

Requeridos: Município de Coxim, Aluizio Cometki São José, Eliezer Ferreira da Silva

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da suposta inércia das autoridades do Município de Coxim em efetivar a necessária manutenção da ponte de madeira sobre o Riacho Corguinho, mesmo cientes de seu estado de precariedade.

**Advogado: Flavio Garcia da Silveira – OAB/MS nº 6.742.**

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**21. Inquérito Civil nº 06.2018.00001361-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município, Hospital Regional de Coxim e Secretaria Municipal de Saúde.

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes da demissão da funcionária Adriana de Moura Trentini por possível influência política.

**Advogados: Flavio Garcia da Silveira – OAB/MS nº 6.742 e Sebastião Paulo José Miranda – OAB/MS nº 4.265.**

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**22. Inquérito Civil nº 06.2018.00002895-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Investigar irregularidades referentes aos contratos nº 095/2018 e 097/2018, firmados pelo Município de Bonito/MS.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**23. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000717-8**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de eventual malversação de verbas públicas, por meio do Processo 184, Licitação 16/2015, Contrato 309/2015, como também, possível desvio dos lucros do rendimento do empenho federal encaminhado para aquisição de computadores para a Secretaria Municipal de Saúde.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**24. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002953-5**

10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados

Requerente: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Consumidor - CAOPJCon

Requerido: Auto Posto Universal Ltda.

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades quanto a falta de licença de operação válida ou documento equivalente, falta de alvará de funcionamento e ausência de adequações de segurança, conforme Lei Estadual n. 4335/2013, por parte da sociedade empresária AUTO POSTO UNIVERSAL LTDA.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**25. Inquérito Civil nº 06.2017.00002286-0**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Afonsina Rodrigues Di Mase e Tomiyo Zumika Gomes Ishiyama

Assunto: Apurar ausência de conexão com a rede de água e de coleta e tratamento de esgoto do imóvel situado na Rua dos Dentistas, 283, Bairro Tiradentes, CEP 79043-080, nesta Capital (MS), com inscrição imobiliária de n. 6650230190 e certidão de matrícula de n. 134,796, cuja proprietária é a pessoa de Afonsina Rodrigues Di Mase.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**26. Inquérito Civil nº 06.2018.00002482-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de Wilson Melo Acosta e Paulo Roberto Miguel pela Prefeitura Municipal de Nioaque/MS.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**27. Inquérito Civil nº 06.2018.00001987-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerentes: Ministério Público Estadual e a Polícia Militar Ambiental de Cassilândia/MS

Requerido: Daniel Ferraz Martins Veiga

Assunto: Apurar dano ambiental na propriedade fazenda Saudade, de propriedade de Daniel Ferraz Martins Veiga.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**28. Inquérito Civil nº 06.2018.00001388-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta omissão do Senhor Airton Ruy Cicerelli Fernandes em adotar as providências necessárias ao isolamento da área de preservação permanente de sua propriedade rural, denominada fazenda Recreio, e regularização da represa junto ao IMASUL, objeto da Notificação nº 00385.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**29. Inquérito Civil nº 06.2018.00001436-4**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Sâmua Andrade Vieira Botelho

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de ilegalidade na contratação de empresa especializada na realização de consultas neurológicas, por meio do Pregão Presencial nº 71/2018, pela Prefeitura Municipal de Naviraí.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**30. Inquérito Civil nº 06.2018.00002295-3 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

**31. Inquérito Civil nº 06.2018.00001494-2**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na folha de pagamento mensal da Secretária de Educação do Município de Nioaque/MS, Sra. Alzira Cláudia Faleiros de Souza Sá Lima.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

### **32. Inquérito Civil nº 06.2018.00001409-7 – SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

### **33. Inquérito Civil nº 06.2018.00001563-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estância JG, José Américo Murer

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Estância JG de propriedade do Sr. José Américo Murer e Outra, às margens do Rio Apa.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da relatora***

## **7.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**

### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002508-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de João Antônio Alves

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da falta de estruturas

construídas para conter a enxurrada; possível degradação da Área de Preservação Permanente; e regularização jurídico-ambiental da propriedade localizada no Bairro Chácara Recreio Brilhante, bloco 02, lotes 31, 32, 33, 34, 36, 37 e 38, de propriedade do espólio de João Antônio Alves.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA FALTA DE ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS PARA CONTER A ENXURRADA; POSSÍVEL DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE; E REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE LOCALIZADA NO BAIRRO CHÁCARA RECREIO BRILHANTE, BLOCO 02, LOTES 31, 32, 33, 34, 36, 37 E 38, DE PROPRIEDADE DO ESPÓLIO DE JOÃO ANTÔNIO ALVES. IRREGULARIDADES SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, conforme o Relatório de Vistoria Técnica nº 082/CORTEC/2016 elaborado pelo DAEX, o Requerido adotou as medidas necessárias a fim de reparar os danos inicialmente constatados, sendo que as áreas de preservação permanente da nascente e do córrego existentes no interior da propriedade se encontram em processo de regeneração e isoladas quanto ao acesso pelo gado. Constatou-se, ainda, a presença de terraços em nível e barraginhas que tem contribuído para o disciplinamento das águas pluviais. Com relação à verificação da necessidade de obras de drenagem nas vias públicas que servem o loteamento urbano em questão, a Promotoria de Justiça apontou a existência da Ação Civil Pública nº 0900018-75.2017.8.12.0006, que, dentre outras, possui a finalidade de obrigar o Município de Camapuã a realizar, nas estradas que compõe e dão acesso ao lote, práticas de controle de águas pluviais, controlando o escoamento superficial em toda bacia de captação para evitar o surgimento de novos processos erosivos, conforme consulta ao sistema SAJMP. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002790-4**

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Tacuru

Assunto: Averiguar eventual violação aos direitos das crianças e adolescentes decorrente da utilização indevida do transporte escolar rural em Tacuru-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR EVENTUAL VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DECORRENTE DA UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL EM TACURU-MS. RECOMENDAÇÃO ACATADA. IRREGULARIDADES SANADAS. ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades que originaram a presente investigação foram devidamente sanadas, uma vez que o Município de Tacuru/MS acatou e cumpriu a Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual às fls. 71-77. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003395-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde de Bandeirantes e outros

Assunto: Apurar a falta de condições técnicas e estruturais para a realização de inspeções sanitárias nos estabelecimentos comerciais de Bandeirantes através da vigilância sanitárias, bem como eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A FALTA DE CONDIÇÕES TÉCNICAS E ESTRUTURAIS PARA A REALIZAÇÃO DE INSPEÇÕES SANITÁRIAS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE BANDEIRANTES ATRAVÉS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIAS, BEM COMO EVENTUAIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DAI DECORRENTES. IRREGULARIDADES SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades inicialmente apontadas foram sanadas, uma vez que a Coordenadoria de Vigilância Sanitária de Bandeirantes informou que a estrutura física do setor é satisfatória, possui equipe mínima de trabalho, bem como há veículos disponibilizados exclusivamente às suas atividades. Assim, ausentes os fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**7.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001560-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental em área de preservação permanente na Fazenda Santa Mônica, localizada no Município de Terenos/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA FAZENDA SANTA MÔNICA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TERENOS/MS – NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS – NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL – BAIXA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS. Analisando os autos, verifica-se prematura a promoção de arquivamento do presente inquérito civil, uma vez que não restou devidamente esclarecido a quem pertence a titularidade do domínio da área em que ocorreu o dano ambiental praticado por E. V. de A., para fins de definição de atribuição para atuar no feito. Necessário oficiar ao INCRA-MS para que informe a titularidade do domínio da área da Fazenda Santa Mônica. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento parcial e determinou a baixa dos autos à promotoria de justiça de origem, nos termos do voto do Relator.*

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001774-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação da empresa de publicidade “Fixa Comunicações e Eventos” pela Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DE PUBLICIDADE “FIXA COMUNICAÇÕES E EVENTOS” PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA/MS - ORIGINALMENTE APURADOS NOS AUTOS DO IC 36/2015 - OBJETO ESGOTADO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, uma vez que não foi constatado superfaturamento ou quaisquer irregularidades que pudessem ensejar atos de improbidade administrativa no contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Bela Vista e a empresa Fixa Comunicações e Eventos. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000592-1**

68ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Promover ações destinadas à implementação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM no Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOVER AÇÕES DESTINADAS À IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE (PPCAAM) NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado tendo em vista que, após diversas diligências realizadas pelo órgão de execução, ficou constatado que o número de pedidos de proteção feitos por crianças ou adolescentes ameaçados de morte se mostrou ínfimo, pois apenas duas pessoas solicitaram o serviço no Estado de Mato Grosso do Sul nos últimos 5 anos. Ademais, o Poder Executivo Estadual informou que irá realizar estudo para a implantação do Programa. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000430-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar irregularidades apontadas na Carta Convite nº 14/2011, referente ao Processo Administrativo nº 34/2011 da Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES APONTADAS NA CARTA CONVITE Nº 14/2011, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO BURITI – DILIGÊNCIAS ENCERRADAS – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não resultaram confirmação daquilo que consta na portaria do inquérito civil, sequer de modo indiciário; 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001854-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pontual Engenharia Ltda - EPP

Assunto: Apurar a existência de poluição ambiental causada pela requerida em razão de emissão de resíduos sólidos no ar.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A EXISTÊNCIA DE POLUIÇÃO AMBIENTAL CAUSADA PELA REQUERIDA EM RAZÃO DE EMISSÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO AR – IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista que as diligências empreendidas foram suficientes para sanar as irregularidades que constam na portaria do inquérito civil; 2. A equipe técnica do DAEX realizou vistoria no local, oportunidade em que foram entrevistados alguns moradores da região, os quais afirmaram que, após as medidas adotadas pela empresa, não sofreram mais incômodos com a emissão de pó de cimento pela empresa em questão. Ademais, cumpre salientar que não foi constatado dano ambiental no local, bem como que a empresa se encontra operando de forma regular; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

Campo Grande, 15 de outubro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****PORTARIA N° 0014/2019/CGMP/MS**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em atendimento ao art. 2º, inc. IV, da Resolução nº 34/2016-PGJ, de 11.11.2016, que dispõe sobre o plantão da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

**RESOLVE:**

Alterar, em parte, a Portaria nº 0009/2019/CGMP/MS de 24.06.2019, publicada no DOMP nº 1.993, de 25.06.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão da Corregedoria-Geral do Ministério Público, referente ao segundo semestre do ano de 2019, de forma que:

• na parte onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTONISTA	TELEFONE
07.10 (18h01) a 14.10 (7h59)	Marcos Antonio Martins Sottoriva	98478-2385

• passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTONISTA	TELEFONE
07.10 (18h01) a 14.10 (7h59)	Antonio Siufi Neto	98478-2385

Campo Grande (MS), 07 de outubro de 2019.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA  
Corregedor-Geral do Ministério Público

**AVISO N. 0023/2019/CGMP/MS**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

**A V I S A:**

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que o **Corregedor-Geral do Ministério Público** realizará **visita correccional** nas Promotorias de Justiça conforme abaixo:

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
23.10.2019	1ª PJ Caarapó
23.10.2019	2ª PJ Caarapó
23.10.2019	1ª PJ Ivinhema
23.10.2019	2ª PJ Ivinhema
6.11.2019	1ª PJ Bataguassu
6.11.2019	2ª PJ Bataguassu
18.11.2019	1ª PJ Miranda
18.11.2019	2ª PJ Miranda
18 e 19.11.2019	1ª PJ Corumbá
18 e 19.11.2019	2ª PJ Corumbá
18 e 19.11.2019	3ª PJ Corumbá
18 e 19.11.2019	4ª PJ Corumbá
18 e 19.11.2019	5ª PJ Corumbá
18 e 19.11.2019	6ª PJ Corumbá
18 e 19.11.2019	7ª PJ Corumbá

Campo Grande, 15 de outubro de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA  
Corregedor-Geral do Ministério Público



**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019 - SRP****UASG 453860**

Homologado o resultado da licitação Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019 - SRP (Processo nº PGJ/10/2696/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vencedoras/Preços Registrados: Comercial Marelly Eireli para os itens 1 (R\$78,70), 4 (R\$65,00), 7 (R\$15,41), 8 (R\$95,44) e 9 (R\$22,40); Lopez & Filhos Comercio e Serviços Ltda. para os itens 2 (R\$46,90), 3 (R\$70,00), e 10 (R\$25,20); Youssif Amim Youssif para o item 5 (R\$27,00); TY Bortholin Comercial Ltda. para o item 6 (R\$1,22); MPRR Comércio, Assessoria e Participações Ltda. para o item 11 (R\$4,00); e Comercial TXV Comércio e Serviço - Eireli para os itens 12 (R\$6,17) e 13 (R\$8,88).

Justificativa: Adjudicação e homologação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do edital.

Campo Grande, 15 de outubro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

(Para correção)

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/PGJ/2014**

Processo nº PGJ/10/2672/2014

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** neste ato representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 – **PRO INFO ENERGIA ININTERRUPTA E INFORMÁTICA LTDA**, representada neste ato por **André Luiz Parreiras**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 42/PGJ/2014.

Amparo legal: Artigo 57, §4º, e artigo 65, §8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, e Emenda à Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul nº 77, de 18 de abril de 2017.

Objeto: **Prorrogação** do prazo de vigência do Contrato nº 26/PGJ/2014, por mais 6 (seis) meses, a partir de 16.10.2019 até 15.04.2020 ou até o encerramento do processo licitatório com o mesmo objeto, em andamento por parte do Contratante; **reajuste** do valor do valor contratado com a aplicação da variação do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)); e **alteração** do índice de correção para que as eventuais correções monetárias e os reajustes subsequentes sejam calculados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, diante da Emenda à Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul nº 77, de 18 de abril de 2017.

Valor mensal do Contrato: R\$ 10.621,37 (dez mil, seiscentos e vinte e um reais e trinta e sete centavos).

Vigência: 16.10.2019 até 15.04.2020.

Data de assinatura: 14 de outubro de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL Nº 0033/2019/02PJ/CBA****Inquérito Civil nº 06.2019.00000598-0.**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2019.00000598-0 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Jorge Abdul Ahad

CLÁUSULA SEGUNDA: O Compromissário confirma ter sido cientificado da instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000598-0 para apurar a regularidade da supressão vegetal de 172,95 hectares em área de vegetação nativa no bioma Pantanal, dentro do imóvel rural “*Fazenda Retiro São Roque*”, de sua propriedade, sem a correspondente autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente e contrariando as normas legais e regulamentares, bem como buscar as medidas reparatórias necessárias para tanto.

**III – DO IMÓVEL RURAL**

CLÁUSULA TERCEIRA: O Compromissário reconhece ser proprietário do imóvel rural denominado “*Fazenda Retiro São Roque*”, matriculado no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Corumbá/MS sob o nº 30.763, localizado no Município de Corumbá/MS, com área total de 7.772,3603 hectares, e consequentemente responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

**IV - DAS OBRIGAÇÕES**

Não construir, Instalar ou Realizar Obras e Serviços Potencialmente Poluidores sem Licença ou Autorização dos Órgãos Ambientais Competentes

CLÁUSULA QUARTA: O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “*Fazenda Retiro São Roque*”, matrícula nº 30.763, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente.

Parágrafo Primeiro: Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário.

**Da Recuperação/Regularização da Área Degradada ou Alterada de Vegetação Nativa Remanescente**

CLÁUSULA QUINTA: Manifestado o *interesse* em explorar a área desmatada e sendo esta passível de licenciamento, o Compromissário obriga-se a realizar carta-consulta junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Termo, no intuito de regularizar a área que fora desmatada sem o Licenciamento Ambiental, correspondente à supressão de 172,95 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal no imóvel rural “*Fazenda Retiro São Roque*”, matrícula nº 30.763.

Parágrafo Único: O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso.

**Da Compensação e Indenização pelos Danos Ambientais Pretéritos**

CLÁUSULA SEXTA: Obriga-se o Compromissário, ademais, a retificar a área de reserva legal do imóvel rural “*Fazenda Retiro São Roque*”, matriculado no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Corumbá/MS sob o nº 6.726,

localizado no Município de Corumbá/MS, aumentando 173 hectares, no prazo de 90 (noventa) dias, retificando-se, por consequência, eventual CARMS já apresentado junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL;

Parágrafo Único: O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA: Considerando a alteração adversa ao meio ambiente em desacordo com a legislação pátria, uma vez que sem autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente, realizada junto ao imóvel rural “Fazenda Retiro São Roque”, consubstanciada na supressão 172,95 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal, obriga-se o Compromissário, a título de compensação pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Corumbá/MS, mediante transferência bancária (*Banco do Brasil, Agência nº 0014, Conta Corrente nº 44403-0, CNPJ nº 03.330.461/0001-10*), quantia que poderá ser parcelada em até 6 (seis) vezes iguais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com o primeiro pagamento para os 30 (trinta) dias seguintes da assinatura do TAC, cujos recursos destinar-se-ão ao financiamento do Projeto “Centro de Quarentena para Animais Silvestres em Corumbá/MS”, a ser implementado pela Fundação de Meio Ambiente do Pantanal, consoante proposta apresentada a este Órgão Ministerial.

Parágrafo Único: O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso.

#### Comunicação do Cumprimento das Obrigações

CLÁUSULA OITAVA: Neste ato o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias, a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta.

Parágrafo Único: O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso.

14 de outubro de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA  
Promotora de Justiça

#### TRÊS LAGOAS

#### RECOMENDAÇÃO N. 001/2019

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS

RECOMENDAÇÃO N. 001/2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do 2º Promotor de Justiça de Três Lagoas, com base em suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ n. 15/2008, e

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Constituição Federal, art. 37, *caput*), sob pena de invalidade dos seus atos e responsabilização, inclusive por ato de improbidade administrativa (CF, art. 37, § 4º), a atingir todos aqueles que mantêm, sob qualquer categoria ou título jurídico, vínculo com a Administração direta ou indireta, ou que exercem transitoriamente funções estatais e até mesmo os vinculados aos entes de direito privado criados ou custeados, ainda que parcialmente, pelo Poder Público (Lei 8.429/92, arts. 1º e 2º);

CONSIDERANDO que pelo comando contido em seu art. 37, § 4º, nossa Lei Maior impõe o dever do Poder Público agir sempre com probidade<sup>1</sup>, ao mesmo tempo em que não tolera a improbidade administrativa<sup>2</sup>, estabelecendo que os atos de improbidade importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível

CONSIDERANDO ainda o princípio da economicidade que vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e que, em síntese, representa a promoção dos resultados esperados pela Administração Pública com o menor custo possível;

CONSIDERANDO as irregularidades que novamente vem sendo praticadas na concessão de diárias a vereadores, as quais já foram alvo de variados procedimentos investigatórios que tramitaram nesta Promotoria de Justiça e ações judiciais aforadas nesta Comarca;

CONSIDERANDO que as diárias de Vereadores e de servidores públicos da Câmara de Vereadores de Três Lagoas são “valores pagos ao servidor público ou agente político por dia de afastamento da sede do serviço, em caráter eventual e transitório, quando em atividade realizada no interesse ou em virtude do exercício de suas funções”<sup>3</sup>;

CONSIDERANDO que de acordo com a divisão orgânica de poder na República Federativa do Brasil, atualmente disposta na Constituição Federal, e reproduzida obrigatoriamente pela Lei Orgânica do Município de Três Lagoas, cumpre, precipuamente, ao Poder Legislativo do Município de Três Lagoas legislar no âmbito municipal, exercendo as competências definidas no artigo 30, inciso I, da Carta Magna, e fiscalizar o representante do Poder Executivo Municipal no exercício de suas atribuições constitucionais;

CONSIDERANDO que, amiúde da situação fática reinante na Casa de Leis de Três Lagoas e de qualquer defesa que legitimamente possa ser feita, o que se percebe é o retorno de elevado dispêndio de dinheiro público para arcar com despesas para o pagamento de verbas indenizatórias aos senhores edis (quase 300% em relação ao mesmo período do ano passado), inclusive com relação aos cursos e palestras;

CONSIDERANDO que se constatou também o aumento do pagamento reiterado de diárias a título de indenização para o ressarcimento de atividade política de vereadores, tais como viagens para contato com parlamentares estaduais e federais, visitas a Secretários de Estado, dentre outros, motivos estes que, salvo melhor juízo, não guardam pertinência alguma com a atividade legislativa municipal, quer de edição de lei para inovar/alterar o ordenamento jurídico municipal, quer de fiscalização de atos administrativos praticados pelo Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o risco da subsunção da conduta em improbidade administrativa<sup>4</sup>, seja pela indevida vantagem patrimonial auferida (Lei n. 8.429/92, art. 9º), seja pela consequente “lesão ao erário” (Lei n. 8.429/92, art. 10), seja por fim pela violação a princípios e regras da proba Administração Pública, notadamente a legalidade e a moralidade, e o menosprezo aos deveres do cargo e a falta de lealdade com o Poder Legislativo que representa (Lei n. 8.429/92, art. 11, *caput*);

CONSIDERANDO, assim, que o pagamento de diárias para o ressarcimento de despesas diversas daquelas relativas ao exercício da atividade parlamentar – legislar e fiscalizar o Executivo – configura prática de ato administrativo absolutamente nulo, por evidente desvio de finalidade, insuscetível de produzir efeitos no mundo jurídico, acarretando o dever de ressarcimento aos cofres públicos dos valores recebidos;

CONSIDERANDO que por força da norma do artigo 3º da Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), incide não só sobre os Vereadores e/ou servidores públicos municipais que tenham recebido o pagamento de diárias, mas também sobre o Presidente da Câmara de Vereadores, pois é o ordenador de despesas quanto ao pagamento de diárias;

1 Probidade administrativa consiste no “dever de o funcionário servir a Administração com honestidade, procedendo no exercício das suas funções, sem aproveitar os poderes ou facilidades dela decorrentes em proveito pessoal ou de outrem e a quem queira favorecer” (Marcelo Caetano, in Manual de direito administrativo, tomo II, 1ª. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1970, p. 684).

2 Para Wallace Paiva Martins Júnior, “Em termos gerais, improbidade administrativa significa servir-se da função pública para angariar ou distribuir, em proveito pessoal ou para outrem, vantagem ilegal ou imoral, de qualquer natureza, e por qualquer modo, com violação aos princípios e regras da Administração Pública, menosprezando os deveres do cargo e a relevância dos bens, direitos, interesses e valores confiados à sua guarda, inclusive por omissão, com ou sem prejuízo patrimonial” (Probidade administrativa, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 113).

3 JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, 6ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, pg. 927.

4 Reconhecendo ato de improbidade pelo recebimento indevido de diárias: “TJ/RS – Apelação Cível nº 70027105188 21ª Câmara Cível – data do julgamento: 17/12/2008. Ementa: Apelação Cível. Ação de Improbidade Administrativa. RECEBIMENTO DE DIÁRIAS INDEVIDAS, COM PREJUÍZO AO ERÁRIO, CARACTERIZA ATO DE IMPROBIDADE, NA FORMA DO ART. 10 DA LIA. Recurso Desprovido”. E, ainda: “ADMINISTRATIVO. RECEBIMENTO INDEVIDO DE DIÁRIAS DE VIAGEM AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREJUÍZOS AO ERÁRIO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO” (Acórdão nº 1.0528.07.002089-6/001(1). 4TJMG. Relator: DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA; Data da Publicação: 13/02/2008; Data do Julgamento: 13/12/2007).”

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de medidas preventivas pelas autoridades públicas ordenadoras de despesas, tendentes a evitar a repetição de ilícitos que causam prejuízos ao patrimônio público, enriquecimento ilícito e ofensa aos princípios da administração pública e, portanto, atos de improbidade administrativa, bem como a prática de delitos de peculato, corrupção ativa e/ou passiva, dentre outros;

RESOLVE, com fulcro no art. 29, IV, da Lei Complementar n. 72, de 18 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), RECOMENDAR ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Três Lagoas que se abstenha de proceder ao pagamento de diárias a Vereadores e/ou servidores públicos da Casa de Leis de Três Lagoas que objetivem o ressarcimento de despesas que não guardem relação intrínseca com as atividades do Poder Legislativo Municipal, em especial i) a indenização por despesas relativas ao exercício da atividade política de Vereadores, tais como viagens para encontros e/ou reuniões políticas com Secretários de Estado, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, dentre outras atividades, e ii) o ressarcimento de despesas relativas aos deslocamentos reiterados para a participação de cursos e palestras, salientando que quando haja interesse dos parlamentares no aperfeiçoamento funcional (em temas que digam respeito ao mandato exercido e as atividades da Câmara Municipal), este seja realizado em Três Lagoas, o que daria maior transparência ao interesse público norteador de tal atividade, promovendo, assim, a economicidade ao erário.

Confere-se o prazo de 30 (trinta) dias para minimamente apresentar proposta de solução concreta das questões pontuadas.

Consigne-se que, em caso de não acolhimento desta Recomendação, o Ministério Público adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua concretude, inclusive ajuizando ação civil pública e eventual responsabilização pessoal dos agentes políticos por ato de improbidade administrativa.

Três Lagoas, 07 de outubro de 2019.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA  
Promotor de Justiça

---

#### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

---

#### BONITO

---

#### NÚMERO MP: 06.2019.00000289-4

Edital N. 0012/2019/01PJ/BTO

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2019.00000289-4, que está à disposição de quem possa interessar, na Rua Lúcio Borralho, S/N, Vila Donária, Bonito (MS), fone (67)3255-1300. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via *Internet*, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil N. 06.2019.00000289-4;

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Em apuração

Assunto: apurar eventual contratação indevida da pessoa jurídica Exata Contabilidade para prestar serviços para a Câmara Municipal de Bonito.

Bonito, em 12 de setembro de 2019.

MATEUS QUIRINO  
Promotor de Justiça

**NÚMERO MP: 06.2019.00000299-4**

Edital N. 0013/2019/01PJ/BTO

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2019.00000299-4, que está à disposição de quem possa interessar, na Rua Lúcio Borralho, S/N, Vila Donária, Bonito (MS), fone (67)3255-1300. O acesso aos autos do referido procedimento é restrito.

Inquérito Civil N. 06.2019.00000299-4;

Requerente: RESTRITO;

Requerido: RESTRITO;

Assunto: RESTRITO.

Bonito, em 12 de setembro de 2019.

MATEUS SLEIMAN CASTRIANI QUIRINO

Promotor de Justiça

---

**CAARAPÓ**

---

**EDITAL 0011/2019/02PJ/CRP**

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado em 1º de outubro de 2019, tendo como compromitente o Ministério Público Estadual, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, e como compromissária a sra. Adriana Rolim Pereira Rocha, CPF nº 465.301.181-87, residente na cidade de Dourados/MS, firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00000149-1, instaurado para regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Santa Claudina II. Os autos do referido procedimento, assim como a íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta, podem ser integralmente acessados via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Caarapó-MS, 14 de outubro de 2019.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA EDUCAÇÃO (MPEDUC) NO MUNICÍPIO DE CAARAPÓ/MS/MS**

O Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República Eduardo Gonçalves e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pelo Promotor de Justiça Arthur Dias Júnior, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, no âmbito do Procedimento Administrativo n. 09.2018.00002158-7 (numeração original do PA: 01/2015), da Promotoria de Justiça de Caarapó-MS, e do Inquérito Civil n. 1.21.001.000371/2014-18, da Procuradoria da República no Município de Dourados-MS, instaurados para implantação e acompanhamento do projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC) no em Caarapó-MS para verificar a efetividade dos programas do MEC/FNDE no município, convocam Audiência Pública, a realizar-se no dia 23 de outubro de 2019, às 19h00min, no Plenário da Câmara Municipal de Caarapó/MS, localizada na Rua Euclides Serejo Batista, 870, CEP 79940-000, em Caarapó/MS, com o objetivo de prestar contas sobre os trabalhos desenvolvidos no projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC), com os respectivos resultados. Da Audiência Pública será lavrada, em até 20 (vinte) dias após a audiência, ata sucinta dos trabalhos, sendo disponibilizada aos interessados após o referido prazo. As inscrições são necessárias apenas para aqueles que quiserem fazer o uso da palavra e podem ser realizadas na Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó/MS, situada na Av. D. Pedro II, 1730 - Centro, Tel (67) 3453-1060, ou por meio do endereço eletrônico: [pjcaarapo@mpms.mp.br](mailto:pjcaarapo@mpms.mp.br), até as 18 horas do dia 22 de outubro de 2019, estando o número de participantes limitado à capacidade do auditório.

Divulgue-se o presente Edital.

De Dourados para Caarapó, 07 de outubro de 2019.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDUARDO GONÇALVES

Procurador da República

## REGULAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: Projeto “MPEDUC” em Caarapó-MS

Data: 23 de outubro de 2019.

Horário: 19h00min

Local: Plenário da Câmara Municipal – Rua Euclides Serejo Batista, 870, CEP 79940-000, Caarapó/MS.

O Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República Eduardo Gonçalves, em parceria com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Promotor de Justiça da Comarca de Caarapó/MS Arthur Dias Júnior, conforme previsto no artigo 27, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993; no artigo 1º da Resolução nº 82/2012/CNMP; no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994; e no artigo 46 da Resolução nº 15/2007-PGJ e art. 22 da Res. CSMPF n.º 87/2010, resolvem realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA, nos termos seguintes:

### TÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A audiência pública será realizada com o objetivo de prestar contas sobre os trabalhos desenvolvidos no projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC), com respectivos resultados.

Art. 2º - Caberá ao Promotor de Justiça Arthur Dias Júnior e ao Procurador da República Eduardo Gonçalves presidirem os trabalhos, nos termos definidos neste regulamento.

Parágrafo único. São prerrogativas dos Presidentes da sessão:

- a) Designar um ou mais secretários que os assistam;
- b) Realizar uma apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso dos debates;
- c) Decidir sobre a pertinência das intervenções orais;
- d) Decidir sobre a pertinência das questões formuladas;
- e) Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;
- f) Prorrogar o tempo das elocuções, quando considere necessário ou útil, e decidir sobre a pertinência de alguma questão, mesmo após esgotado o tempo da audiência pública.

### TÍTULO II

#### DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

##### CAPÍTULO I

##### DA INSCRIÇÃO

Art. 3º - Para participar dos debates, poderá ser feita prévia inscrição pessoalmente no endereço da Promotoria de Justiça da Caarapó/MS, situada na Av. D. Pedro II, 1730 - Centro, das 8 h às 11 h e das 13 h às 18 h, ou por meio do endereço eletrônico: [pjcaarapo@mpms.mp.br](mailto:pjcaarapo@mpms.mp.br), até as 18 horas do dia 22 de outubro de 2019.

Parágrafo único. Havendo disponibilidade de tempo, poderão ser realizadas inscrições durante a realização da audiência pública. A ordem de inscrição determinará a sequência dos questionadores.

Art. 4º - O(s) a(s) expositores(as) fará(ão) uso da palavra por 10 (dez) minutos no máximo e os questionamentos aos expositores terão o prazo máximo de duração de 3 (três) minutos, podendo ser aumentado ou diminuído com a aprovação da maioria simples dos participantes.

## CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO

Art. 5º - A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização da Audiência Pública.

Art. 6º - A Audiência Pública será realizada no dia 23 de outubro de 2019, às 19h00min, no Plenário da Câmara Municipal de Caarapó-MS, localizado na Rua Euclides Serejo Batista, nº 870.

Art. 7º - A Audiência Pública será realizada na forma de exposição e debates orais e, conforme disciplinada neste regimento, sendo facultada a apresentação de documentos escritos e assinados no transcorrer desta.

Parágrafo único. Serão permitidas filmagens, gravações e outras formas de registro.

Art. 8º - A audiência será presidida pelos membros indicados no *caput* do artigo 2º, os quais, após leitura do objeto da sessão, iniciarão os trabalhos com a concessão da palavra aos expositores, com posterior discussão com os interessados presentes.

Art. 9º - Podem participar da Audiência Pública como debatedores quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que possuam interesse geral na questão objeto da audiência ou que, pela experiência profissional e/ou acadêmica, possam contribuir para o esclarecimento do objeto da sessão, mediante convite prévio da presidência da Audiência Pública.

§ 1º. As manifestações versarão, obrigatoriamente, sobre assuntos que digam respeito ao objeto da audiência, podendo o presidente advertir o participante quando agir ou fizer uso da palavra sobre assunto em desconformidade com a presente disposição (escolher uma ou outra opção) e cassar a palavra, na hipótese de renitência;

§ 2º. As discussões poderão ser divididas por temas (blocos) e poderão ter o encerramento prorrogado ou antecipado, a critério da presidência.

§ 3º. Não será permitido o uso indevido da palavra para ataque pessoal, incontinência verbal ou manifestação de cunho político/partidário;

Art. 10 - Poderá ser emitida declaração de comparecimento pela Promotoria de Justiça de Caarapó/MS, após a realização da Audiência Pública, para os participantes que a solicitarem até o início da sessão, apresentada a devida justificativa.

Art. 11 - Concluídas as exposições e as intervenções, os Presidentes darão por encerrada a Audiência Pública, fazendo leitura resumida dos pontos principais da sessão, sendo que a ata sucinta será lavrada e disponibilizada aos interessados pela Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó/MS, após vinte dias da realização do evento, sem prejuízo de eventual gravação audiovisual.

§ 1º. Serão anexados à ata todos os documentos que forem entregues aos Presidentes dos trabalhos durante o trâmite da Audiência Pública;

§ 2º. A ata será subscrita pelos Presidentes da Sessão, pelos expositores e por uma instituição da sociedade civil presente na Audiência Pública;

Art. 12 - Ao final dos trabalhos, os Presidentes da Audiência efetivarão:

I- Lavratura de Ata Circunstanciada sucinta, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar de sua realização, em atendimento ao previsto no Artigo 49 da Resolução nº 15, de 27 de novembro de 2007, da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, e no Artigo 22, § 3º, da Resolução nº 87, de 6 de abril 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

II- Encaminhamento da Ata da Audiência e seu extrato ao Procurador-Geral de Justiça para ciência, providências e publicação, conforme dispõem os §§ 1º e 2º, do art. 49, da Resolução supracitada, bem como à Coordenação do MPEDUC para inclusão no sítio eletrônico;

III- Encaminhamento, a seu critério, da Ata da Audiência e seu extrato aos gestores públicos da respectiva área para conhecimento e providências que entenderem cabíveis;

IV- No caso de surgimento de matérias afetas à atribuição de outra Promotoria de Justiça, em havendo a necessidade de medidas de modo a evitar o perecimento de direitos, encaminhamento das conclusões e respectivos documentos ao Promotor de Justiça com atribuição na área. Não havendo medidas urgentes a serem tomadas, tais informações serão encaminhadas oportunamente, ao final da execução do programa.



V- Ao final do programa, será efetuada a produção de relatório, com sugestão de alguma das seguintes providências: a) celebração de termo de ajustamento de conduta; b) expedição de recomendações; c) instauração de inquérito civil ou policial; d) ajuizamento de ação civil pública; e) divulgação das conclusões de propostas de soluções ou providências alternativas, em prazo razoável, diante da complexidade da matéria (Art. 6º, da Resolução n. 82/2012-CNMP).

### CAPÍTULO III DA PUBLICIDADE

Art. 13 - A Audiência Pública será ampla e previamente divulgada pelos meios de comunicação, notadamente no sítio eletrônico do MPF, MPMS e MPEDUC, e o extrato do edital publicado no DMPF-e – Diário do Ministério Público Federal Eletrônico e no DOMP – Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. É facultado aos Representantes do Ministério Público convidar especialistas, pesquisadores, técnicos, associações com atuação no âmbito do objeto da audiência, representações profissionais ou sindicais, assim como empresas e afins, observada a pertinência temática, para comparecerem à audiência.

De Dourados para Caarapó, 07 de outubro de 2019.

ARTHUR DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

EDUARDO GONÇALVES  
Procurador da República

### MARACAJU

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA EDUCAÇÃO (MPEDUC) NO MUNICÍPIO DE MARACAJU/MS**

O Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República Eduardo Gonçalves e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pelo Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, no âmbito do Procedimento Administrativo n. 04/2015, da Promotoria de Justiça de Maracaju-MS, e do Inquérito Civil n. 1.21.001.000379/2014-76, da Procuradoria da República no Município de Dourados-MS, instaurados para implantação e acompanhamento do projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC) em Maracaju-MS com o intuito de verificar a efetividade dos programas do MEC/FNDE no município, convocam Audiência Pública, a realizar-se no dia 29 de outubro de 2019, às 19h00min, no Plenário da Câmara Municipal de Maracaju/MS, localizada na Rua Francisco Marcondes, 201, Centro, em Maracaju/MS, com o objetivo de prestar contas sobre os trabalhos desenvolvidos no projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC), com os respectivos resultados. Da Audiência Pública será lavrada, em até 20 (vinte) dias após a audiência, ata sucinta dos trabalhos, sendo disponibilizada aos interessados após o referido prazo. As inscrições são necessárias apenas para aqueles que quiserem fazer o uso da palavra e podem ser realizadas na Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju/MS, situada na Rua Appa, 141 - Centro, Tel (67) 3454-3320 ou 3454-1021, ou por meio do endereço eletrônico: 2promotoriamaracaju@mpms.mp.br, até as 18 horas do dia 29 de outubro de 2019, estando o número de participantes limitado à capacidade do auditório.

Divulgue-se o presente Edital.

De Dourados para Maracaju, 15 de outubro de 2019.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA  
Promotor de Justiça

EDUARDO GONÇALVES  
Procurador da República

## REGULAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: Projeto “MPEDUC” em Maracaju-MS

Data: 29 de outubro de 2019.

Horário: 19h00min

Local: Plenário da Câmara Municipal – Rua Francisco Marcondes, 201, Centro, Maracaju/MS

O Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República Eduardo Gonçalves, em parceria com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Promotor de Justiça da Comarca de Maracaju/MS Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, conforme previsto no artigo 27, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993; no artigo 1º da Resolução nº 82/2012/CNMP; no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994; e no artigo 46 da Resolução nº 15/2007-PGJ e art. 22 da Res. CSMPF n.º 87/2010, resolvem realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA, nos termos seguintes:

### TÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A audiência pública será realizada com o objetivo de prestar contas sobre os trabalhos desenvolvidos no projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC), com respectivos resultados.

Art. 2º - Caberá ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva e ao Procurador da República Eduardo Gonçalves presidirem os trabalhos, nos termos definidos neste regulamento.

Parágrafo único. São prerrogativas dos Presidentes da sessão:

- a) Designar um ou mais secretários que os assistam;
- b) Realizar uma apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso dos debates;
- c) Decidir sobre a pertinência das intervenções orais;
- d) Decidir sobre a pertinência das questões formuladas;
- e) Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;
- f) Prorrogar o tempo das elocuições, quando considere necessário ou útil, e decidir sobre a pertinência de alguma questão, mesmo após esgotado o tempo da audiência pública.

### TÍTULO II

#### DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

##### CAPÍTULO I

##### DA INSCRIÇÃO

Art. 3º - Para participar dos debates, poderá ser feita prévia inscrição pessoalmente no endereço da Promotoria de Justiça da Maracaju/MS, situada na Rua Appa, 141 - Centro, das 8 h às 11 h e das 13 h às 18 h, ou por meio do endereço eletrônico: 2promotoriamaracaju@mpms.mp.br, até as 18 horas do dia 29 de outubro de 2019.

Parágrafo único. Havendo disponibilidade de tempo, poderão ser realizadas inscrições durante a realização da audiência pública. A ordem de inscrição determinará a sequência dos questionadores.

Art. 4º - O(s) expositor(es) fará(ão) uso da palavra por 10 (dez) minutos no máximo e os questionamentos aos expositores terão o prazo máximo de duração de 3 (três) minutos, podendo ser aumentado ou diminuído com a aprovação da maioria simples dos participantes.

##### CAPÍTULO II

##### DO PROCEDIMENTO

Art. 5º - A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização da Audiência Pública.

Art. 6º - A Audiência Pública será realizada no dia 29 de outubro de 2019, às 19h00min, no Plenário da Câmara Municipal de Maracaju-MS, localizado na Rua Francisco Marcondes, 201, Centro, Maracaju/MS.

Art. 7º - A Audiência Pública será realizada na forma de exposição e debates orais e, conforme disciplinada neste regimento, sendo facultada a apresentação de documentos escritos e assinados no transcorrer desta.

Parágrafo único. Serão permitidas filmagens, gravações e outras formas de registro.

Art. 8º - A audiência será presidida pelos membros indicados no *caput* do artigo 2º, os quais, após leitura do objeto da sessão, iniciarão os trabalhos com a concessão da palavra aos expositores, com posterior discussão com os interessados presentes.

Art. 9º - Podem participar da Audiência Pública como debatedores quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que possuam interesse geral na questão objeto da audiência ou que, pela experiência profissional e/ou acadêmica, possam contribuir para o esclarecimento do objeto da sessão, mediante convite prévio da presidência da Audiência Pública.

§ 1º. As manifestações versarão, obrigatoriamente, sobre assuntos que digam respeito ao objeto da audiência, podendo o presidente advertir o participante quando agir ou fizer uso da palavra sobre assunto em desconformidade com a presente disposição (escolher uma ou outra opção) e cassar a palavra, na hipótese de renitência;

§ 2º. As discussões poderão ser divididas por temas (blocos) e poderão ter o encerramento prorrogado ou antecipado, a critério da presidência.

§ 3º. Não será permitido o uso indevido da palavra para ataque pessoal, incontinência verbal ou manifestação de cunho político/partidário;

Art. 10 - Poderá ser emitida declaração de comparecimento pela Promotoria de Justiça de Maracaju/MS, após a realização da Audiência Pública, para os participantes que a solicitarem até o início da sessão, apresentada a devida justificativa.

Art. 11 - Concluídas as exposições e as intervenções, os Presidentes darão por encerrada a Audiência Pública, fazendo leitura resumida dos pontos principais da sessão, sendo que a ata sucinta será lavrada e disponibilizada aos interessados pela Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju/MS, após vinte dias da realização do evento, sem prejuízo de eventual gravação audiovisual.

§ 1º. Serão anexados à ata todos os documentos que forem entregues aos Presidentes dos trabalhos durante o trâmite da Audiência Pública;

§ 2º. A ata será subscrita pelos Presidentes da Sessão, pelos expositores e por uma instituição da sociedade civil presente na Audiência Pública;

Art. 12 - Ao final dos trabalhos, os Presidentes da Audiência efetivarão:

I- Lavratura de Ata Circunstanciada sucinta, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar de sua realização, em atendimento ao previsto no Artigo 49 da Resolução nº 15, de 27 de novembro de 2007, da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, e no Artigo 22, § 3º, da Resolução nº 87, de 6 de abril 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

II- Encaminhamento da Ata da Audiência e seu extrato ao Procurador-Geral de Justiça para ciência, providências e publicação, conforme dispõem os §§ 1º e 2º, do art. 49, da Resolução supracitada, bem como à Coordenação do MPEDUC para inclusão no sítio eletrônico;

III- Encaminhamento, a seu critério, da Ata da Audiência e seu extrato aos gestores públicos da respectiva área para conhecimento e providências que entenderem cabíveis;

IV- No caso de surgimento de matérias afetas à atribuição de outra Promotoria de Justiça, em havendo a necessidade de medidas de modo a evitar o perecimento de direitos, encaminhamento das conclusões e respectivos documentos ao Promotor de Justiça com atribuição na área. Não havendo medidas urgentes a serem tomadas, tais informações serão encaminhadas oportunamente, ao final da execução do programa.

V- Ao final do programa, será efetuada a produção de relatório, com sugestão de alguma das seguintes providências: a) celebração de termo de ajustamento de conduta; b) expedição de recomendações; c) instauração de inquérito civil ou policial; d) ajuizamento de ação civil pública; e) divulgação das conclusões de propostas de soluções ou providências alternativas, em prazo razoável, diante da complexidade da matéria (Art. 6º, da Resolução n. 82/2012-CNMP).

### CAPÍTULO III

**DA PUBLICIDADE**

Art. 13 - A Audiência Pública será ampla e previamente divulgada pelos meios de comunicação, notadamente no sítio eletrônico do MPF, MPMS e MPEDUC, e o extrato do edital publicado no DMPF-e – Diário do Ministério Público Federal Eletrônico e no DOMP – Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. É facultado aos Representantes do Ministério Público convidar especialistas, pesquisadores, técnicos, associações com atuação no âmbito do objeto da audiência, representações profissionais ou sindicais, assim como empresas e afins, observada a pertinência temática, para comparecerem à audiência.

De Dourados para Maracaju, 15 de outubro de 2019.

**ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA**  
Promotor de Justiça

**EDUARDO GONÇALVES**  
Procurador da República

---

**NAVIRAÍ**

---

**EDITAL Nº 0018/2019/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003280-0

Requerente: Ministério Público

Requerido: Gilberto Álvaro Pimpinatti

Assunto: Fiscalizar o Termo de Acordo Extrajudicial celebrado nos autos de Cumprimento de Sentença autuado sob nº 0802454-27.2017.8.12.0029.

Naviraí, 07 de outubro de 2019

**DANIEL PÍVARO STADNIKY**  
Promotor de Justiça